

A FORMAÇÃO DOS ESTADOS LATINO-AMERICANOS: México e Argentina

O chamado processo de Independência da América, na parte que toca às ex-colônias ibéricas, constitui-se, na verdade, numa reinserção, um reenquadramento desses territórios e suas respectivas economias e sociedades, na nova divisão internacional do trabalho, criada pela Revolução Industrial.

Dentro do mercado capitalista mundial, a região ibero-americana ocupa o papel de economia periférica.

Cabe-lhe o papel de produzir matérias-primas e gêneros alimentícios.

Suas estruturas internas mantêm-se aproximadamente as mesmas do período colonial.

A inovação ficará por conta da criação de alguns “enclaves” capitalistas, como nas áreas de agricultura de exportação, exploração de recursos minerais, comércio de exportação e importação, bancos, companhias de seguros e redes ferroviárias.

Não surgirá uma burguesia nacional, porque não se alcança a unificação pela criação de um mercado interno, ou nacional.

Os que potencialmente poderiam tornar-se essa burguesia nacional, os comerciantes, buscam uma modernização conservadora, quer dizer, sem alterar a estrutura social, fundiária e a fragmentação política.

Princípios filosóficos, como o Liberalismo e o Positivismo, transformam-se aqui, onde não há uma burguesia que se identifique com tais princípios, em simples discurso, simples instrumento de tomada do poder.

Entre o poder da Metrópole e a formação do Estado Nacional, há um enorme hiato, tanto temporal quanto político.

Não havendo hegemonia de uma classe, de um projeto nacional, o vazio político é ocupado por um fenômeno chamado “caudilhismo”.

O “caudilho” é um líder carismático agrário, civil ou militar. É autoritário, coloca-se acima das classes, exercendo um poder centralista e intervencionista. Sua ação política visa à conservação da hierarquia social.

Ao longo do século XIX, assistiremos ao surgimento de inúmeros caudilhos, alguns tidos como progressistas, ou liberais, outros, como conservadores, sendo apoiados pela Igreja e pelo Exército.

MÉXICO

Como foi longo e sangrento, o processo de lutas pela Independência do México teve um custo

elevadíssimo em vidas humanas e destruição econômica.

Morreram cerca de 600 mil pessoas que constituíam perto de 10% do total da população e metade da população trabalhadora.

Em 1822, devido à incorporação das províncias centro-americanas – que durou até julho de 1823 -, o território mexicano se estendia por 4.665.000 km².

Sendo assim, sua população era escassa e ademais, concentrada no centro do país, deixando vastas extensões completamente despovoadas.

A produção mineradora caíra em 11 anos, de 30 para 6 milhões de pesos. O valor da produção agrícola reduziu-se à metade e a industrial, a um terço.

Isso tudo, sem contar a impressionante queda da arrecadação, que agravava o enorme déficit público.

Para cobrir esse déficit, o México se dobrará à agiotagem internacional, gerando a crônica dívida externa, pretexto para inúmeras intervenções estrangeiras na política interna do país.

Com a Independência e seus ideais “liberais”, nasce a igualdade de direitos, que elimina as propriedades de terra das comunidades indígenas.

Elas passam a engrossar os latifúndios, que aumentam de tamanho, mas não de número, são 3.749. Peões e artesãos enfrentam também o agravamento de suas condições de vida.

Somente uma pequena classe média se consolida, sendo a partir de 1821, o grupo que disputará o poder com a aristocracia latifundiária.

As lutas políticas

Estabelecida a Independência, verifica-se a inexperiência política dos “criollos”. Os pequenos caudilhos tentam mandar em seus redutos, os grandes querem ser reis ou presidentes.

Dois tendências se destacam, e não se entendem, monarquistas e republicanos. Lutam militares, civis, clérigos e burocratas, o povo fica de fora.

Em 28/9/1821, instala-se uma Junta de Governo que convoca um Congresso que se reúne em 24/2/22.

A maioria dos deputados era “criolla”, cheia de inspirações republicanas, sob influência francesa ou norte-americana. Ainda assim, acabaram elegendo o general Itúrbide como Imperador Agustín I.

Este governou entre maio de 1822 e março de 1823. Foi deposto por uma rebelião militar encabeçada pelo brigadeiro Antonio López de Santa Anna, o qual se converteria no caudilho mais influente dos próximos 33 anos.

Em novembro de 1823, um segundo Congresso proclama a República e, em 1824, elabora uma Constituição.

Esta era liberal e federativa, seguia o modelo norte-americano, de República Presidencialista e de 3 poderes. Estabelecia, no entanto, a religião católica como oficial, proibindo a prática de qualquer outra.

Na prática, os princípios liberais acabaram ignorados, estabelecendo-se o centralismo, graças ao domínio dos conservadores, que se inspiravam na Inglaterra, e que tinham o irrestrito apoio dos latifundiários e da Igreja Católica.

Em 1836, o Congresso fez uma nova Constituição, totalmente centralista e conservadora, restringindo, ainda, as liberdades individuais. Em 1843, nova Constituição: dura 3 anos.

A instabilidade institucional, caracterizou o período que se estende entre 1821 e 1850. Nesse tempo, houve 50 governos, quase todos frutos de quarteladas, destacando-se o general Santa Anna, que dirigiu diretamente 11 dessas quarteladas.

A gota d'água da crise mexicana se dá com a guerra contra os Estados Unidos, por conta da anexação do Texas àquele país.

A guerra durou de 1846 a 48, chegando ao cúmulo dos norte-americanos içarem sua bandeira em pleno Palácio Nacional do México, a sede do governo.

Em fevereiro de 1848, é assinado o Tratado de Guadalupe-Hidalgo, em que o México cede aos EUA metade do seu território.

O mais profundo pessimismo tomou conta da intelectualidade mexicana. Havia a sensação da incapacidade de autogovernar-se. Todos os setores do país, tanto sob o ponto de vista econômico, como social, estavam piores agora do que no período colonial.

A Reforma

Em meio a todo esse caos, somente uma minoria intelectualizada consegue encontrar ânimo para tentar construir o país.

Mas, também estavam divididos em 2 partidos: Conservador e Liberal.

Coincidiam na visão de uma grandeza natural da pátria e de uma inferioridade de seu povo. Eram ambos elitistas, portanto.

O principal líder conservador era o aristocrata Lucas Alamán. Os liberais não tinham, nessa altura, um líder, mas começavam a despontar alguns de uma geração mais jovem, entre eles, Benito Juárez.

Enquanto os conservadores apelam às tradições hispânicas, indígenas e católicas, os liberais defendem valores nitidamente burgueses, inspirados especialmente, nos Estados Unidos.

Em 1853, um levante conservador chama mais uma vez ao poder o General Santa Anna. Alamán, que acreditava fosse o general capaz de criar um governo estável, foi nomeado chefe do gabinete ministerial. Morreu menos de 2 meses depois.

Daí em diante, Santa Anna mostra-se um destranbelhado. Entregou-se a farras e jogos e a sucessivos escândalos.

A 1 de março de 1854, detona-se uma revolução liberal, iniciada em **Ayutla**, que obtém sua vitória em agosto de 1855.

Torna-se presidente interino o general Álvarez, que forma um gabinete com os chamados liberais puros, destacando-se Benito Juárez.

O novo governo fez uma série de leis que feria duramente os interesses da Igreja Católica. Ainda assim, conseguiu convocar eleições, e o novo congresso promulgou uma nova Constituição em 1857.

Esta recuperava o espírito federalista e republicano da Constituição de 1824, mas restringia duramente o papel da Igreja Católica.

Os conservadores reagem, forçando o governo a não cumprir o texto constitucional, e acabam derrubando o presidente. Benito Juárez, que ocupava a posição de ministro da Suprema Corte – sucessor natural do presidente – assumiu a presidência e declara restabelecida a ordem constitucional.

Entre 1858 e 68, conservadores e liberais travarão uma guerra, que acabou conhecida como **Guerra da Reforma**.

Juárez chega a ser derrubado, teve que exilar-se, recupera o poder em 1859 e decreta as chamadas “Leis da Reforma”, em julho de 1859.

Entre outras coisas, separa Igreja do Estado, elimina os dízimos, estabelece a liberdade de culto e o ensino laico.

Os conservadores, incluindo a Igreja Católica, articulam a intervenção estrangeira.

Como Juárez suspendera o pagamento da dívida externa, Inglaterra, Espanha e França se juntam para intervir.

Ao final, só a França o faz. E os conservadores entram em acordo com Napoleão III, que indica Fernando Maximiliano de Habsburgo, para ser Imperador do México.

Este assume o trono mexicano em maio de 1864.

Contrariando as expectativas dos conservadores, que o apoiavam entusiasticamente, adota medidas liberais de governo.

Os liberais, que sempre contavam com o apoio dos Estados Unidos, estavam em desvantagem porque seu protetor encontrava-se em plena guerra civil.

Terminada a Guerra de Secessão, os americanos retomam o apoio aos liberais. De outro lado, envolvido nas disputas européias, em especial contra a Prússia, Napoleão III retira as tropas francesas que respaldavam Maximiliano no México.

Vitoriosos, os liberais fuzilam Maximiliano e alguns generais conservadores, em 19 de junho de 1867.

Benito Juárez retoma a presidência da República: é a fase da **República Restaurada**, que durará até 1876. De 1877 a 1911, será o **Porfiriato**.

O personalismo tomará conta da política mexicana agora. Os liberais terão o poder, mas disputarão entre si a liderança. Como são todos liberais, não haverá diferenças programáticas entre eles, só diferenças de personalidade.

Juárez é eleito 2 vezes, em 1867 e 1871, falecendo em 1872. Durante seu governo, houve novos motins militares. O país tinha muita gente sem o que fazer, a maioria deles exagerando seu papel como heróis, seja da guerra de Reforma, seja da luta contra a intervenção estrangeira.

O país ansiava por ordem, por tranqüilidade, por paz, afora o desejo de tirar o país da miséria, da paralisia econômica.

O Porfiriato

Porfirio Diaz era um general que havia começado a se destacar por sua vitória em Querétaro, em maio de 1867, contra Maximiliano e os conservadores.

Depois disso, primeiro declarou que se retiraria para a vida civil e privada, para em seguida candidatar-se à presidência da República contra Juárez.

Derrotado, sublevou-se mais tarde contra a perspectiva de reeleição de Juárez, e foi derrotado.

Eleito deputado, mostrou-se um fracasso. Finalmente, saiu vitorioso numa rebelião contra a reeleição de Lerdo de Tejada.

Em maio de 1877, toma posse como presidente eleito. Em fins de 1880, passa a presidência a seu sucessor, General Manuel González, para voltar à presidência na eleição seguinte e reeleger-se até ser derrubado, em 1911.

De fato, esteve no poder entre 1877 e 1911.

Homem de poucas idéias e palavras, cercou-se de auxiliares que, quando começaram, não tinham nem experiência, nem projetos.

A geração anterior, idealista e experimentada, havia sido extinta.

Porfirio governará com base na fórmula: “pouca política e muita administração”, transformada depois em “zero política, cem administração”.

Esteve cercado de elementos que se intitulavam “científicos”. Adeptos do positivismo, promoveram a modernização conservadora.

Uma Lei de 1886, eliminou os “ejidos” - propriedade comunal dos indígenas - transferindo as terras a especuladores estrangeiros.

O país passou a contar com uma grande rede de ferrovias, sistema de comunicações, como o telégrafo e inclusive o telefone, portos modernizados, indústria siderúrgica, de bebidas, de tecidos e de papel, grandes obras públicas, como canais de drenagem, e o início da extração petrolífera.

Duas coisas não foram resolvidas, talvez tenham sido até pioradas: a concentração da riqueza e a frustração de novas gerações das classes médias, com a dificuldade de ascensão social e de participação política.

O capital estrangeiro, inglês e principalmente norte-americano, tomou conta da economia do país.

No entanto, não se observavam reações contrárias ao governo de Porfirio Diaz.

Acontece que o caudilho estava ficando velho. Quem o substituiria?

Ele mesmo, numa entrevista a um jornal norte-americano, em 1908, afirmava que seu modo de governar havia permitido diminuir a distância entre um sistema constitucional avançado e um povo sem educação política. Os mexicanos estavam agora, segundo ele, em condições de constituir partidos políticos autênticos e governar-se por si mesmos.

Tais declarações abriram uma fase de ampla discussão sobre a sucessão presidencial.

Destacou-se Francisco Madero, que em um livro escrito em 1908, intitulado “A Sucessão Presidencial de 1910”, combatia a idéia da reeleição

A Revolução Mexicana

Madero fundou o partido anti-reeleição e percorreu o país fazendo campanha.

Inicialmente foi ignorado, logo hostilizado e, por fim, preso.

Porfirio Diaz foi reeleito, e agora para um mandato de 6 anos. Madero paga fiança e é solto um dia após o Congresso declarar Porfirio eleito.

Madero se exila nos Estados Unidos e lança o ***Plano San Luís Potosí***, a 20 de novembro de 1910.

Os primeiros movimentos armados em favor do programa maderista têm início pouco depois, sob a liderança de Pascual Orozco e Francisco Villa (Pancho Villa).

A repressão não obtém sucesso, e a revolução se estende a todo o país, destacando-se, no Sul, a liderança de Emiliano Zapata.

Após 6 meses de lutas e manobras infrutíferas, Porfirio Diaz renuncia em maio de 1911, com mais de 80 anos de idade.

Um governo interino se estabelece até que Francisco Madero seja eleito presidente da República.

Empossado em novembro, 20 dias depois, assiste ao início da revolta liderada por Emiliano Zapata, com seu ***Plano de Ayala***.

Zapata exigia reformas sociais profundas, especialmente sobre a questão da terra.

Madero queria que tudo fosse resolvido de acordo com a Lei. Era fiel a uma concepção liberal e constitucionalista. Mas as carências do povo, especialmente dos camponeses, não tinham mais como esperar.

Ao norte, Pascual Orozco também lança o seu ***Plano de Orozco***, e luta contra o governo. Villa mantém-se fiel a Madero.

Pala via constitucionalista, Madero tenta corrigir uma flagrante ilegalidade, que era a isenção

de impostos para empresas estrangeiras. Em 1912, lança imposto sobre o petróleo.

A reação norte-americana não tardará. Por ordem do presidente Taft, os porfiristas recebem o apoio dos Estados Unidos, através do Pacto da Embaixada.

O general Victoriano Huerta, porfirista, pactuado com o embaixador dos Estados Unidos, assume o poder, em fevereiro de 1913, num golpe militar que assassinou Madero. Seu governo durou até junho de 1914.

Duração tão curta, explica-se pela explosão de demandas desencadeadas pela revolução, que tornavam impossível a restauração da ordem porfirista.

Por outro lado, Huerta estava umbilicalmente ligado aos Estados Unidos, dependendo dele para sobreviver. A eleição do presidente Wilson mudou a posição norte-americana, deixando Huerta sem apoio.

Ademais, contra ele havia se formado uma frente, com Villa ao Norte e Nordeste, Álvaro Obregón a Noroeste, e Zapata ao Sul. Encabeçando a luta para restabelecer a ordem constitucional, estava o caudilho Venustiano Carranza, que lançara o *Plano de Guadalupe*.

Carranza governará, de 1914 a 1920, com um agudo instinto político. Dissolveu toda a máquina militar herdada do Porfiriato e, insistia na unidade revolucionária para enfrentar as pressões estrangeiras.

Não conseguiu a adesão de Zapata, que acabaria assassinado em 1919.

Mas conseguiu, a duras penas, sustentar um processo de elaboração da Constituição de 1917.

Esta, pela primeira vez, incorporava propostas de reformas sociais e medidas nacionalistas.

Carranza fez um governo duro, mas aceitou certas derrotas políticas. A não reeleição foi um dos princípios aprovados, o que levou Carranza a apoiar um candidato civil, sob pretexto de dar fim ao militarismo.

Acaba ultrapassado pelos anseios revolucionários e é derrubado e morto.

Aos 10 anos do início da revolução, seus três principais personagens estavam mortos: Madero, Zapata e Carranza. Além deles, mais de 1 milhão de mexicanos. Estava terminada a fase revolucionária, iniciava-se a da reconstrução nacional.

ARGENTINA

A formação da Argentina, como unidade política e territorial, não se deu imediatamente após a independência. Na verdade, foi um caminho longo e tortuoso, que se estendeu de 1816 até 1880.

O principal obstáculo à formação do Estado Nacional foi a divergência entre Unitaristas e Federalistas.

Os unitaristas que, durante o processo de independência, tinham uma tendência monarquista, representavam basicamente a burguesia portenha e os engordadores de gado (invernistas) da província de Buenos Aires.

Os federalistas representavam as oligarquias do interior.

Fundamentalmente, os primeiros, os unitaristas, defendiam um governo centralizado sob o controle de Buenos Aires. Já os federalistas pretendiam garantir total autonomia política para as províncias, discordando do domínio portenho e, sobretudo, do seu controle das rendas da alfândega de Buenos Aires, a qual pretendiam ver dividida por todo o país.

Da Independência a Rosas

Após a definitiva decisão de Independência em relação à Espanha, em 1816, proclamou-se a existência de um país chamado Províncias Unidas da América do Sul.

Como de unidas as províncias só tinham o nome, somente conseguiram aprovar uma Constituição em 1819.

O caráter do texto constitucional era claramente centralista, unitarista. Sendo assim, não foi aceito por grande parte das províncias, desencadeando uma Guerra Civil que se estendeu até 1825.

Nessa data, conseguem uma precária unidade em função da luta contra o inimigo comum, o Império do Brasil.

O motivo do conflito era o apoio argentino à luta pela independência do território que eles conheciam como Banda Oriental, mas que fazia parte do Brasil com o nome de Província Cisplatina.

Em meio a essa guerra, tornam a aprovar uma Constituição, em 1826, sendo presidente Bernardino Rivadavia.

Como Rivadavia se mostrasse fortemente unitarista, mas débil na solução do conflito com o Brasil, vê-se forçado a renunciar. E o país mergulha novamente na anarquia.

O Período de Rosas

Um novo momento de equilíbrio se estabelece a partir de 1829, com a vitória do caudilho *Juan Manuel de Rosas*, líder federalista, sobre seus adversários.

Sua influência se estenderá até 1852.

Rosas era um dos maiores proprietários de terra e de gado da Província de Buenos Aires.

Era um homem conservador, defensor dos interesses dos latifundiários e da manutenção da estrutura social.

No entanto, contava com a adesão fanática das massas de gaúchos, peões de estância, que se identificavam com sua figura rude.

Também os artesãos e pequenos comerciantes do interior, desvinculados, e até prejudicados

com o comércio exterior, davam irrestrito apoio a Rosas.

Rosas não foi presidente da Argentina, foi o Governador da Província de Buenos Aires.

Nessa qualidade, e na medida em que a ordem e a estabilidade interessavam às oligarquias, ele desenvolveu uma interessante diplomacia interna, que respeitava a autonomia das demais províncias e de seus respectivos caudilhos.

Em troca, tais caudilhos depositavam, em suas mãos, a política externa, e, a partir de 1835, poderes ditatoriais.

Como política econômica, adotou uma postura nacionalista. Estabeleceu tarifas alfandegárias protecionistas, que impediam a concorrência dos produtos industrializados ingleses com os do artesanato argentino. Também fechou a navegação nos rios do interior.

Grandes proprietários tiveram ainda o benefício de uma guerra de Rosas contra os índios, que alargou enormemente a fronteira agrária argentina.

Sua política nacionalista acaba por confrontá-lo à França e à Inglaterra, no plano externo.

No plano interno, além da oposição de alguns caudilhos, até de grande expressão, os principais inimigos de Rosas eram os unitaristas.

Foram duramente perseguidos por Rosas, qualificados de antiargentinos e “estrangeirados”. Muitos foram mortos, outros presos, e vários exilados, entre estes intelectuais liberais.

Em 1852, Rosas está envolvido em conflitos no Uruguai, o bloqueio naval inglês começa a prejudicar a economia mesmo de caudilhos aliados de Rosas, e isso levará a algumas dissidências entre os federalistas.

O governador da Província de Entre-Rios, Justo José Urquiza, federalista defensor de um regime constitucional, que substituísse o personalismo de Rosas, recebe o apoio do Brasil e do Partido Colorado do Uruguai, e consegue derrotar Rosas, na **Batalha de Monte Caseros**.

De qualquer forma, o período de Rosas foi o primeiro da história argentina, em que se constituiu um governo nacional naquele país.

A Consolidação das Oligarquias

Urquiza tentou organizar o país em bases constitucionais, fazendo aprovar uma nova Constituição em 1853.

O país passava a se chamar Confederação Argentina. Todavia, Buenos Aires não aceitou participar, ficando de fora do novo país.

A capital da Confederação era Paraná.

Em 1861, Urquiza tenta um acordo com Buenos Aires, através do general Bartolomé Mitre, que acaba não fazendo acordo e derrotando Urquiza.

Em 1862, cria-se a República Argentina, sendo que o cabildo de Buenos Aires aceita hospedar o governo nacional.

Notem bem: o governo da nação é apenas hóspede da cidade de Buenos Aires. Isso quer dizer que a renda do porto de Buenos Aires continua da cidade de Buenos Aires, não é uma renda nacional.

Nesse período, os unitaristas obtêm o controle do país e implementam uma política que vê o país e seu povo sob a ótica elitista e “estrangeirada” da burguesia portenha.

O futuro do país dependeria, deste ponto de vista, da solução do conflito entre **civilização e barbárie**.

A civilização é vista como a adequação aos padrões sócio-culturais europeus que, na Argentina, são incorporados pela burguesia de Buenos Aires.

Já o interior, o caudilhismo, a mestiçagem, o gaúcho, são a expressão da barbárie. E esta, logicamente, precisa ser destruída.

Os intelectuais e políticos partidários dessas idéias são de extração unitarista, e se intitulam agora Partido Liberal, e alguns, Partido Autonomista.

O nome de maior expressão dessa tendência foi o presidente **Domingo Faustino Sarmiento**, que governou o país entre 1868 e 74.

Para combater a barbárie caudilhistas, deu um enorme impulso à instrução pública, subvencionando as escolas das províncias e criando as Escolas Normais, formadoras de professores.

Outro ponto chave de sua política foi a modernização do Exército e a reorganização da Escola Naval.

Criava assim um instrumento de força que se preparava para monopolizar a violência, eliminando, passo a passo, os exércitos provinciais e de caudilhos.

A rede ferroviária foi ampliada também por Sarmiento, além de estender o telégrafo a todas as províncias e cabos telegráficos submarinos ligando à Europa e aos Estados Unidos.

Claro, o branqueamento da raça, necessário à vitória da civilização sobre a barbárie, implica em forte incentivo à imigração européia.

Aos imigrantes são concedidos direitos superiores aos dos argentinos das camadas inferiores da sociedade.

No governo de Nicolás Avellaneda, 1874-80, foi empreendida a chamada Conquista do Deserto, que se constituiu numa “razia” militar que, praticamente, exterminou os índios em todo o território ao Sul de Buenos Aires até o Rio Negro.

O autor dessa façanha foi o General Julio Argentino Roca, que se elegeria presidente da República em 1880.

Roca deve sua eleição a um esquema que já elegera Avellaneda, em que se misturam elementos de origem liberal-autonomista, com um componente fundamental, de origem federalista, com base no poder dos governadores de província. Esse esquema se chamará Partido Autonomista Nacional (PAN).

O PAN terá o controle político do país até 1916.

É, pois, a partir de 1880, sob o controle das oligarquias, que se consolidará o Estado Nacional Argentino.

Será um poder absolutamente conservador, e baseado, finalmente, em princípios jurídico-constitucionais, válidos e aceitos por todas as partes, fossem as oligarquias do interior, fosse a burguesia portenha. Tudo, naturalmente, temperado com muita fraude e violência eleitorais.

Roca já inicia seu governo com um grande problema resolvido por Avellaneda, pela força, naturalmente: o da federalização de Buenos Aires.

A Província de Buenos Aires teria sua capital em La Plata. A cidade de Buenos Aires se tornaria a Capital Federal, e a renda de sua alfândega será, agora, de toda a nação.

A Economia e a Sociedade

O processo de consolidação do Estado Nacional se faz acompanhar de um processo econômico caracterizado pela modernização conservadora.

Isso quer dizer que a estrutura social se mantém intacta, enquanto se assiste ao avanço das ferrovias, das comunicações, das instalações portuárias, ao crescimento da criação de ovelhas onde antes se caçava o gado, à criação de melhores raças bovinas, à produção de cereais e ao processo de industrialização.

Surgem moinhos, produção de vinho, e frigoríficos. Uma indústria de transformação da produção agro-pastoril, voltada para o mercado externo, já que o interno era de pequena dimensão.

Cresce também o sistema comercial exportador e os bancos. Em torno de tudo isso, um operariado industrial, a ampliação das camadas médias urbanas, comerciantes, banqueiros ... especuladores.

Em 1890, uma enorme crise financeira, resultado de um processo de negociações e especulações, levou a uma rebelião de um grupo heterogêneo intitulado União Cívica.

O presidente Miguel Juárez Celman teve que renunciar, assumindo seu vice Carlos Pellegrini.

Uma dissidência da União Cívica que se recusava a conciliar com o governo, constituiu a **União Cívica Radical**, com Leandro Alem e sobretudo Bernardo Yrigoyen, representando setores médios e católicos.

Em 1893, estoura uma rebelião dos Radicais, que os leva à clandestinidade até 1912.

Nesse ínterim, entra em cena a classe operária e seus primeiros movimentos de conteúdo anarquista, ou socialista, de resto inimigos entre si.

Em 1896, elegeu-se pela primeira vez um deputado socialista, Alfredo Palácios, do partido fundado por Juan B. Justo.

Em 1910, elegeu-se presidente Roque Sáenz Peña, o qual promove, em 1912, a Reforma Eleitoral.

Estabelecia-se o voto universal, masculino, secreto e obrigatório, além da representação das minorias.

Os socialistas propuseram o voto feminino, que não foi aprovado.

O resultado do estabelecimento de eleições livres e honestas foi a vitória da União Cívica Radical, nas eleições de 1916.

Hipólito Yrigoyen governará de 1916 a 22, significando a ascensão política dos grupos médios urbanos.

Seu governo foi marcado por ampla liberdade de expressão, levando às primeiras conquistas sociais dos trabalhadores e à criação da Yacimientos Petrolíferos Fiscales – empresa estatal de exploração do petróleo.

Yrigoyen faz o sucessor: Marcelo Alvear (1922-28). Em 28, Yrigoyen é novamente eleito presidente da República, sendo derrubado por um golpe de militares simpatizantes do fascismo, em setembro de 1930.

Começava um novo período político, fruto da reação ao processo democratizador dos governos radicais.